

NCI Grupo São Patrício
 CJ Instituto Dona Ana Rosa
 CEDESP Educandário Dom Duarte
 TÉCNICO: ALESSANDRA MARQUES ÁVILA MEDEIROS – RF. 712.276.4
 SERVIÇOS:
 CCA Educandário Dom Duarte
 CCA PROF
 CCA Nossa Senhora da Providência
 CCA Meninos do Morumbi
 CCA Real Parque
 CCA Nosso Lar
 CCA São Gabriel
 Enturmando Circo Escola São Remo
 SASF Raposo Tavares
 TÉCNICO: LIDYANE APARECIDA GRANADO – RF. 787.636.0
 SERVIÇOS:
 CCA Santa Rosa I
 CCA Santa Rosa II
 CCA Recanto dos Pássaros
 CCA Recanto das Primaveras
 CCA Recanto Santa Mônica
 CCA São Mateus
 CCA Projeto Casulo
 CCA Sinhazinha Meirelles
 CCA São Miguel
 TÉCNICO: VERA LUCIA NOGUEIRA DEGAKI – RF. 543.800.4
 SERVIÇOS:
 SAICA Abrigo Solidário II
 SAICA Abrigo Solidário IV
 SAICA Cairbar – Abrigo 1
 SAICA Cairbar – Abrigo 2
 SAICA Abrigo Butantã
 TÉCNICO: TERESINHA DE JESUS PEREIRA MOSQUERA – RF. 573.370.7
 SERVIÇOS:
 SAICA Abrigo Solidário III
 SAICA Cairbar – Abrigo 3
 ILPI Butantã
 TÉCNICO: FLAVIA SANTOS RODRIGUES – RF. 788.208.4
 SERVIÇOS:
 MSE-MA Adolescente e Auto Construção
 SEAS Butantã
 TÉCNICO: CAMILLE SOARES DE AGUIAR – RF. 787.854.1
 SERVIÇOS:
 SPSCAVV – CNRVV – Centro de Referência às Vítimas de Violência

COMUNICADO SAS IPIRANGA

A Supervisora da Supervisão de Assistência Social IPIRANGA - SAS/IP, no uso das suas atribuições, **designa** os Técnicos Supervisores dos serviços socioassistenciais, conforme previsto na Portaria nº 07/SMADS/2010, de 09 de março de 2010.

TÉCNICO: ANA MARIA SIENA MEDEIROS – RF. 587.832.2
 SERVIÇOS:
 CCA Sacomã
 CCA Aziz Nacib Ab'Saber
 CCA Jardim Climax
 CCA Santo Agnelo
 CCA Santa Edwiges
 NCI Abelhinha Feliz
 SASF Sacomã – Chico Mendes – UNAS
 TÉCNICO: MIRIAN PALOMBO JANEIRO – RF. 587.216.2
 SERVIÇOS:
 CCA Brasil Jovem
 CCA Futuro Esperança
 CCA Estação Adolescer
 CCA Lagoa
 CCA Mina
 CCA Núcleo 120
 CCA PAM
 CCA Parceiros da Criança
 CCA Cidade do Sol / Imperador
 CCA Heliópolis
 CCA Georgina do Carmo Moreira
 TÉCNICO: SILVANA LADEIRA DE OLIVEIRA – RF. 520.190.0
 SERVIÇOS:
 CCA Casa da Criança Santa Ângela
 CCA Brincar de Viver
 CCA Educandário Sagrada Família
 CCA Segunda Milha
 CCA Santa Cristina
 CJ CAAP Ipiranga
 CJ Centro de Formação Profissional José Gomes
 TÉCNICO: DOUGLAS ZACARIAS DA SILVA – RF. 789.001.0
 SERVIÇOS:
 CA Estação Bem Estar
 TÉCNICO: ELIZETE ADDE DE AZEVEDO BARRETTO – RF. 651.573.8
 SERVIÇOS:
 SAICA Abrigo Ipiranga ABECAL
 SAICA Minha Casa I
 SAICA Minha Casa II
 SAICA Nosso Lar
 TÉCNICO: MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA DE MACEDO – RF. 501.640.1
 SERVIÇOS:
 MSE-MA Parque Bristol – UNAS
 MSE-MA Sacomã – UNAS
 CDCM da Mulher do Ipiranga
 TÉCNICO: ELIANA FERNANDES LOUREIRO VICTORIANO – RF. 524.556.7
 SERVIÇOS:
 NPJ Sacomã

COMUNICADO SAS VILA MARIA / VILA GUILHERME

A Supervisora da Supervisão de Assistência Social VILA MARIA / VILA GUILHERME - SAS/MG, no uso das suas atribuições, **designa** os Técnicos Supervisores dos serviços socioassistenciais, conforme previsto na Portaria nº 07/SMADS/2010, de 09 de março de 2010.

TÉCNICO: TEREZINHA SANTOS MÁXIMO – RF. 537.216.0
 SERVIÇOS:
 CCA AMAS Vila Meideiros
 CCA ASSORAVIM
 CCA João Paulo I
 CCA Jardim Brasil
 CCA IASE Santa Terezinha
 CCA Centro Educacional de Assistência Social Santa Terezinha CEAS
 CJ Dom Macário
 CJ Biasi Jovem Profissionalizantes
 NCI Dom Macário
 CEDESP Dom Macário
 TÉCNICO: ANDREA DE ARRUDA FLORA – RF. 603.405.5
 SERVIÇOS:
 CCA Leão XIII
 CCA Espaço Conviver e Aprender
 CCA Vila São João
 CCA Vila Nova Curuçã
 CCA Cidade Nova
 CCA Casa Dom Macário
 CCA Recanto Cristão
 CJ Capacitação Profissional
 CJ CAAPE
 NCI Edith de Azevedo Marques

TÉCNICO: MARCIA CARVALHO CAMPANHOLLE – RF. 619.759.1
 SERVIÇOS:
 CCA ACM Centro de Desenvolvimento Comunitário Vila Maria
 CCA Irmã Carmelita
 CCA São Sebastião
 CCA Aquarela
 TÉCNICO: NEIRE MORAIS – RF. 512.752.1
 SERVIÇOS:
 SASF Vila Maria
 TÉCNICO: ANA CLAUDIA VALADAS DE FARIAS – RF. 789.671.9
 SERVIÇOS:
 MSE-MA Liberdade e Cidadania
 MSE-MA Vila Meideiros
 TÉCNICO: WILSON CARLOS SIMÕES DE OLIVEIRA – RF. 519.369.9
 SERVIÇOS:
 SAICA Casa Biasi
 SAICA Solid Rock
 SAICA Nova Geração
 CDCM Mariás
 CA Santana
 TÉCNICO: MIRTES MARTINS DE FIGUEIREDO ALVES – RF. 545.415.8
 SERVIÇOS:
 NPJ Vila Maria

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA Nº 26/2013 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 29 DE JULHO DE 2013 DO PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP. Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e treze, segunda-feira, no período das 9h30min às 15h00min, realizou-se a 12ª sessão de 2013 em reunião plenária extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMAS-SP, em sua sede, Praça Antônio Prado, nº33 - 12º andar, Centro, Município de São Paulo. Presentes, conforme lista de presença, os Conselheiros titulares: Leônidas de Araujo Luz, Daniel Martins Silva, Francis Larry de Santana Lisboa, Demilson Oliveira dos Santos, Ana Lucia Caro Antonio, Alice Okada de Oliveira, Walter Antonio Morato, Wander Mary Pereira Martins, Alexandre Luiz Santos Zacari, Marlene Popin Velardo, Lúcia Mariano dos Santos e Marina Zanatta Ganzarolli. Conselheiros Suplentes: Darci Diogo Finzetto, Maria Nazareth Cupertino, Natanael de Jesus Oliveira, Wanderley Aparecido Turine, Rubens Augusto Dias Serralheiro, Fabio Alves Correia, Denny Anderson Ho e Laurinda Cândido de Araujo. Faltas Justificadas: Nadir Suzete Cristelli, Regina Hein, Michelle Magari Gimenez Palagano e Maria Sílvia Cavasin Matanó. Compõem a mesa para deliberação: Leônidas de Araujo Luz, Daniel Martins Silva, Francis Larry de Santana Lisboa, Demilson Oliveira dos Santos, Ana Lucia Caro Antonio, Alice Okada de Oliveira, Walter Antonio Morato, Wander Mary Pereira Martins, Alexandre Luiz Santos Zacari, Marlene Popin Velardo, Lúcia Mariano dos Santos, Marina Zanatta Ganzarolli, Darcy Diogo Finzetto, Maria Nazareth Cupertino, Natanael de Jesus Oliveira, Fabio Alves Correia e Laurinda Cândido de Araujo. Convidados presentes: Marcos Muniz – FAS-SP, Dulcineia R. Francisco – Pia Sociedade de São Paulo, Regina Lucia Victorino – Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social, Wanda Monteiro Ribeiro – VMR/ Instituto das Irmãs Santa Cruz, Gabriel Rapoport Furtado – Mattos Filho Advogados, Ana Cristina da Silva – ABEC, Aline dos Santos Souza – CRAS SÉ, Allan Carvalho – Fóruns de Transparência e Controle Social Municipal e Estadual, Padre Lédio Milanez – FAS e Carlos Nambu – FAS e CONSEAS. Agradecendo a presença de Conselheiros, Presidente do CONSEAS, representante dos Fóruns de Transparência e Controle Social, visitantes e Secretaria Executiva, a Presidente Alice Okada de Oliveira abriu a presente sessão às 09h30, com inversão de pauta, passando ao item nº 1 - "Apresentação da Proposta de Orçamento da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social". Com a palavra, a Comissão de Finanças e Orçamento, por meio de seu Conselheiro Wanderley A. Turine, procedeu à leitura do documento "Apresentação do PPA 2014- 2017 e Programa de Metas 2013 – 2016 de SMADS e do FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social. Em seguida, com a concordância da plenária em relação à sugestão do Conselheiro Natanael de Oliveira, coordenador dessa Comissão, o Conselheiro Rubens Serralheiro, fez a leitura do documento apresentado na audiência pública em 26 de julho de 2013 pela Sra. Ruth Guastalle de SMADS - Assessoria Técnica de Orçamento, que versou sobre Proposta PPA- 2014-2017 com o detalhamento da proposta de SMADS- 2014-2017 proposta do FMAS, proposta de expansão dos serviços e programa orçamentário. Após, o Conselheiro Natanael leu a Ata da Reunião do dia 05.07.2013 da Comissão de Finanças e Orçamento. O Conselheiro Rubens esclareceu que o reajuste anual poderá ser contemplado na Lei Orçamentária Anual e não no PPA. Por sua vez, o vice-presidente Francis Lisboa manifestou sobre a importância de se ter clareza do que será votado se é o orçamento ou o PPA. A presidente Alice esclareceu que se trata de aprovação do PPA, uma vez que a LOA ainda não chegou ao COMAS. O Conselheiro Fabio Correia, representante de SGM também esclareceu que foi publicada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e depois será a LOA - Lei Orçamentária Anual. Padre Lédio Milanez solicitou esclarecimentos sobre os 15 (quinze) Centros Dia propostos pela SMADS, sendo que na proposta orçamentária constam 5 (cinco) unidades e sobre a quantidade de "portas de entrada" para acolhimento institucional de crianças e adolescentes de acordo com o número de fóruns, conforme proposta do Dr. Reinaldo Cintra. A Presidente Alice informou que ainda não tem todos os dados para responder as questões apresentadas. Sobre as "portas de entrada" já estão implantadas 6 (seis) unidades e a proposta é de expansão de mais 2 (duas). A Conselheira Wander Martins esclareceu que na proposta do GT Acolhimento Institucional a Crianças e Adolescentes, inicialmente eram 11 serviços de acordo com as regiões dos Fóruns, mas para o PPA o grupo aprovou a expansão de mais 2 (duas) unidades. A Conselheira Darcy Finzetto solicitou esclarecimento sobre a denominação "porta de entrada". Com relação à questão dos Centros Dia. Sr Carlos Nambu colocou que se existe programas e metas, se tem a projeção anual de expansão. Se na proposta orçamentária estão contempladas as expansões propostas pelo COMAS, o Conselho precisa ter essa ter a informação dessa projeção para fins de controle social, transparência para a sociedade e para auxiliar o Conselho na análise e adequações para o ano seguinte. A Conselheira Ana Lúcia Caro Antonio apontou a necessidade de se fazer uma verificação do que está previsto no PPA e no orçamento. Para isso, pediu a presença da Sra. Ruth Guastalle de SMADS/ATO. A Conselheira Marlene nesse momento entrou em contato a Sra. Ruth que ficou de comparecer a essa plenária logo após o término de reunião com a Secretária em SMADS. Enquanto isso, os presentes continuaram a apresentar as suas dúvidas. Sr. Carlos Nambu perguntou em relação à manutenção dos CRAS, se o valor previsto para implantação de 60 CRAS contempla os 6 (seis) critérios do IDCRAS, para ter 100% de funcionamento do CRAS, pois isso impactará no valor do IGD-SUAS. A presidente Alice informou que possui a projeção de cadastro e que o recurso do IGD depende da qualidade do cadastro. O conselheiro Alexandre Zacari esclareceu que a manutenção e a expansão devem constar em colunas separadas. Sr. Carlos ainda apresentou dúvida em relação à previsão para "Apoio à gestão e rede de serviços", se é pelo IGD SUAS ou se é pelo Tesouro,

ficando o IGD como apoio? Em relação à questão sobre fortalecimento à rede de proteção, o Sr. Carlos Nambu perguntou qual é a lógica da projeção anual do período de 2014 a 2017. Quanto ao questionamento do Sr. Carlos sobre a previsão de aumento de valores para a Conferência Municipal de 2015 e 2017, a Sra. Alice esclareceu que está previsto no item do Gabinete- COMAS. O Sr. Carlos sugeriu ao Conselho que conste em ata que já existe no plano de metas, a previsão orçamentária para 2015 e 2017, sendo que a Sra. Alice respondeu que está constando no valor global e que a proposta do COMAS está detalhada ano a ano, de 2014 a 2017. Sr Carlos questiona: se é suficiente o valor projetado para as Conferências. O Conselheiro Fábio Correia informou que para se ter acesso ao detalhamento, é só solicitar o extrato do orçamento. Em relação à colocação do Conselheiro Wanderley de que o objetivo não é fazer comparativo futuro e sim evitar desgastes futuramente, o Conselheiro Fábio recomendou que se faça comparativo com o da gestão anterior (2013). Em relação ao PPA, Padre Lédio perguntou se estão contempladas as questões emergenciais da cidade de São Paulo, tais como: Frentes Frias, atendimento de emergência de enchentes, morador em situação de rua. Sr. Allan Carvalho, representante dos Fóruns de Transparência e Controle Social colocou que o que está ocorrendo é um vício de Genesis, a saber: o Conselho Municipal de Assistência Social não foi envolvido e nem se quer ouvido na construção da proposta orçamentária. A base para formulação da proposta segundo informado foi apenas o Programa de Metas sem considerar as deliberações das conferências, o PLAS, e outras deliberações neste Conselho. Cabe destaque que nesta questão há uma subversão da ordem na democracia participativa, pois em que pese o Programa de Metas ter tido um caráter participativo, este Conselho é um órgão deliberativo e controlador das ações e as conferências, instancias máximas de deliberação e participação popular. O cronograma de Frentes Frias começou em 20 de maio de 2013 e o COMAS não foi agregado e nem informado, sendo que isso facilitaria a análise e deliberação do Conselho. Enfatizou que os espaços da democracia direta têm que ter primazia e isso não está ocorrendo, embora esteja se votando o PPA 2014 a 2017 e todas as questões que estão sendo demandadas na presente reunião já deveriam estar esclarecidas. O Sr. Allan ainda questionou se a deliberação anterior deste Conselho sobre educação e formação continuada para os usuários encontra-se contemplada na proposta orçamentária, bem como atender-se a necessária redução da disparidade entre serviços prestados em caráter privado e estatal. Conselheiro Demilson colocou que os recursos para gastos da Assistência Social são de aproximadamente 2,6% do orçamento da Prefeitura e frente a isso, perguntou como se assegura o reajuste anual dos convênios, a verba adicional e capacitação? Essa situação já ocorreu anteriormente e não foi respeitada, por isso, propôs que a decisão que for tomada pelo COMAS seja publicada na íntegra. O Conselheiro Leônidas acrescentou que está ocorrendo desencontro de dados que não satisfazem ao Conselho e a SMADS deveria corresponder, estando em sintonia com o Conselho. O Conselheiro Natanael esclareceu que compete ao Conselho aprovar ou não a proposta orçamentária e encaminhar para a SMADS. Sr Carlos Nambu sugeriu que enquanto FAS e SMADS estão conversando sobre a revisão da Lei Parceria, que o COMAS publique uma resolução que contemple em toda a proposta orçamentária, o texto sobre reajuste anual e verba adicional. A Conselheira Maria Nazareth manifestou preocupação com a previsão de expansão para a rede de proteção especial- Centros de Acolhida para população em situação de rua, que em 4 (quatro) anos é de mais uma unidade e com a não previsão de projeto de saída para esse segmento. Acrescentou ainda que não conseguiu visualizar o orçamento com o desejo político de aproximar a cidade rica à cidade pobre e que a decisão política do Sr. Prefeito não está clara na proposta orçamentária. Padre Lédio esclareceu que está vigente a Lei de Parceria/2001 de autoria da Vereadora Sposati e também o artigo sobre reajuste anual do convênio, havendo a necessidade de se alterar somente o índice de reajuste a ser utilizado. Ressaltou ainda que o Fórum de Assistência Social- FAS enviou 2 (dois) pedidos de audiência ao Prefeito e que não recebeu resposta. O Sr. Allan colocou ainda outras questões, a saber: a) Não é possível observar-se sem o detalhamento anual da proposta orçamentária, a evolução da implementação do PPA; se em sintonia com as deliberações das Conferências ou não; c) em relação às deliberações das conferências que não foram implementadas, o que está previsto no orçamento de 2014 -2017 para fins de implementação? d) se a SMADS tem compromisso do governo municipal na direção do respeito a atribuição legal do caráter deliberativo deste Conselho quanto a proposta orçamentária ser encaminhada pelo executivo ao legislativo, o que o Conselho deliberar, será respeitado? d) qual o motivo da redução do montante de SMADS? O Conselheiro Francis concordou com as "falas", mas pediu esclarecimentos do que está se votando, se é PPA ou Orçamento, sendo esclarecido que era o PPA. Comparando com o PPA 2010 a 2013, disse que a apresentação está mais lógica, com anexo de detalhamento da proposta orçamentária de 2010. A Conselheira Marlene, representante de SEMPLA esclareceu que é a primeira vez que tem PPA com Plano de Metas. Ocorreram 35 (trinta e cinco) audiências públicas na cidade de São Paulo, sendo que nas mesmas foram apresentadas 9.000 (nove mil) sugestões que após sistematização será feita devolutiva em agosto/2013. Com a chegada da Sra. Ruth Guastalle de SMADS-ATO, a Presidente Alice recapitulou em breve síntese as questões apresentadas pela plenária. Sra. Ruth esclareceu que o primeiro documento encaminhado ao COMAS foi referente à expansão de serviços para os 4 (quatro) anos. SMADS está elaborando o PPA agregando programa de metas e LOA 2014. Em relação a 2015 – 2017 colocou-se a expansão, mais encargos e salários.. Em relação à apresentação oficial informou que é exatamente a mesma metodologia como está no site de 2010 a 2013. Quanto à expansão, o nº de serviços em expansão (2015 – 2017) é de 25% (vinte e cinco por cento) do nº proposto para 2014. O programa de metas precisa detalhar o que vai para o sistema e então é monitorado. O detalhamento de como se dará, será discutido quando da elaboração da LOA. Em relação à expansão do Centro Dia, a Sra. Ruth esclareceu que é uma meta do Programa de Metas e serão consideradas 15 unidades. A Conselheira Maria Nazareth comparou o modelo de apresentação do PPA 2010 a 2013 com a apresentação do PPA 2014-2017 e Programa de Metas 2013-2016 dos quais não se tem clareza e perguntou em que momento foi mudada a metodologia de apresentação. A Sra. Ruth informou que é somente uma forma de apresentar e que não é intenção de fazer algo difícil de entendimento, inclusive estas últimas apresentam informações mais detalhadas. A Presidente Alice complementou que se terá maior clareza do todo quando se detalhar o orçamento e que a proposta do PPA é concentrar na expansão e nas despesas. Em relação à expansão de 60 (sessenta) CRAS, são previstos: 5 (cinco) em 2013, 20(vinte) em 2014, 20(vinte) em 2015 e 15(quinze) em 2016. A expansão do serviço não apresenta esse detalhamento anual, que dependerá da expansão orçamentária de SMADS. No programa de metas, a implantação dos CRAS está condicionada ao concurso público que está consignado na administração de SMADS. Em resposta à pergunta do Padre Lédio sobre as portas de entrada, a Sra. Ruth informou que serão acrescentadas 2 (duas) unidades por meio de recursos do FMAS. A Presidente Alice propôs elaborar resolução que solicita reajuste anual a partir de 1º de julho de

cada ano para os serviços conveniados da rede socioassistencial, pelo índice oficial da Prefeitura IPCA/FIPE. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade e a Conselheira Marina Ganzarolli aceitou a incumbência de elaborar essa resolução. A Conselheira Maria Nazareth manifestou que a sociedade civil está descrente quanto ao processo que não se garante o que foi proposto. A presidente Alice esclareceu que é preciso ver o montante da proposta de

SMADS e o das outras Secretarias, pois ocorre que como o proposto é maior do que o arrecadado pela Prefeitura, será necessário conversar com as Secretarias. A Conselheira Marina enfatizou o compromisso da equipe responsável pelo Programa de Metas de SEMPLA em retornar em setembro/2013 para reunião com o COMAS e apresentar a devolutiva do Programa, destacando que a diferença este ano é que é a primeira vez na história do município que o Programa de Metas está atrelado ao PPA, garantido o compromisso de seu cumprimento, bem como que cabe aos Conselheiros monitorar as ações dessa Secretaria. O Sr. Allan Carvalho solicitou consignar na presente ata, que os Fóruns de Transparência e Controle Social têm insistido no cumprimento da lei e é preciso que SEMPLA respeite as deliberações do Conselho. A Presidente Alice propôs que o COMAS envie um ofício à SEMPLA, com cópia para SMADS, solicitando a garantia de atribuição legal de aprovação orçamentária pelo Conselho no encaminhamento ao Legislativo. Em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade e a Conselheira Marina ficou responsável pela elaboração desse ofício. O Conselheiro Francis solicitou que fosse consignado em ata de que não conseguiu entender a proposta orçamentária apresentada neste ano. Em seguida passando ao item 2.1 da pauta, "Encaminhamento para Aprovação da Proposta de Orçamento da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS", a Presidente Alice colocou em votação o PPA e a proposta orçamentária de 2014. Atendendo sugestão do Sr. Allan Carvalho, a votação foi nominal, sendo que houve 12 (doze) aprovações; Leônidas de Araújo Luz, Daniel Martins Silva, Ana Lucia Caro Antonio, Alice Okada de Oliveira, Walter Antonio Morato, Wander Mary Pereira Martins, Marlene Popin Velardo, Lucia Mariano dos Santos, Marina Zanatta Ganzarolli, Darcy Diogo Finzetto, Natanael de Jesus Oliveira e Laurinda Cândido de Araujo, 4 (quatro) abstenções: Francis Larry de Santana Lisboa, Demilson Oliveira dos Santos, Alexandre Luiz Santos Zacari e Maria Nazareth Cupertino que ficou de apresentar por escrito a declaração de sua manifestação, 0 (zero) contra e 1 (um) ausente no momento da votação: Fabio Alves Correia. Passando-se ao item 2, "Ata das Comissões Temáticas, subitem 2,1" "Comissão de Relações Interinstitucionais", a Presidente Alice abordou sobre a Resolução 688/2013 que prorrogou prazo do item estabelecido na Resolução 528/2011 de entrega de documentação para manutenção da inscrição no COMAS, até o dia 1º de julho de 2013, sob pena de cancelamento da inscrição. Em virtude do não atendimento a esse prazo, as inscrições foram canceladas. Como havia mais de 50% de organizações conveniadas com a SMADS nessa situação, isso rebateu na Secretaria, no Conselho e nos Conselheiros. Também prejudicou as organizações quanto à participação em audiências públicas para conveniamento, em renovação de convênios e mesmo para as que não possuem convênios, as mesmas se valem da inscrição do COMAS para obtenção de parcerias. Frente a isso, propôs o cancelamento das Resoluções 688/2013 e 719/2013. O Sr. Allan Carvalho pediu esclarecimentos sobre as formas de divulgação dessa resolução para se entender e pensar na prorrogação de novo prazo. A Secretária Executiva, Sra. Susana Silva esclareceu que a informação foi enviada por mailing para as organizações, para as SAS e foi colocada no site do COMAS. Padre Lédio disse que a situação atingiu mais as conveniadas e isso rebateu no FAS que por sua vez disseminou os nomes das organizações que constavam no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Complementou ainda que essa situação é nova e é uma cultura que precisa ser criada pelas organizações quanto ao cumprimento das legislações. Dada a gravidade da situação, sugeriu que nesse momento estenda o prazo de entrega da documentação. Quanto à pergunta da Conselheira Maria Nazareth se o FAS divulgou a Resolução 688/2013 referente à prorrogação de entrega de documentação até o dia 1º de julho de 2013, Padre Lédio respondeu afirmativamente. Uma representante de organização que não se identificou, disse que a sua organização saiu na lista dos cancelados, sendo que tinha entregue todos os documentos. A Conselheira Ana Lúcia Antonio, membro da Comissão de Relações Interinstitucionais apresentou a sua manifestação a respeito, pedindo para que constasse em ata que a sua posição era de que se na lista tivesse mais de 50% de serviços conveniados que não tinham entregue as documentações, era de que se fizesse uma revisão dessa lista, que não retornou ao CRI. Por sua vez, o vice-presidente Francis leu a ata do dia 21 de julho de 2013 e pediu para constar em ata de que foi decisão da plenária de que estariam canceladas as inscrições das organizações que não cumpriram o prazo de até o dia 1º de julho de 2013 para entrega de documentação para manutenção. A Conselheira Darcy colocou que houve imprudência e não se pensou nos usuários. O Tribunal de Contas não permite fazer pagamento sem a inscrição do COMAS. Frente a isso, propôs revogar a Resolução COMAS-SP nº 719/2013 e se elaborar outra. Conselheiro Demilson esclareceu que houve 2 (duas) prorrogações de prazo e mesmo assim as organizações não atenderam. Concordou que se deva prorrogar novamente o prazo, mas que no próximo ano as organizações atendam e fiquem atentas aos termos do disposto nas resoluções. A Conselheira Maria Nazareth manifestou seu posicionamento pessoal quanto à questão de desrespeito às deliberações do COMAS, tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil que não atendeu à Resolução COMAS-SP nº 688/2013. Sua proposta é de revisão da lista dos cancelamentos e se faça a manutenção de pelo menos das conveniadas. Sua posição é pessoal e não como representante do FAS, é de que é contra a revogação da Resolução COMAS-SP nº 719/2013. A Conselheira Lucia Mariano dos Santos concordou com a revisão da lista porque houve falhas no COMAS e é preciso ter mais critérios quando se publica a listagem. Sr Allan Carvalho solicitou constar em ata, para fins de reflexão sobre o ocorrido, que a divulgação às organizações foi realizada por diferentes formas. O Conselheiro Wanderley manifestou que em 20 de julho de 2013, na reunião da Comissão de Relações Interinstitucionais que o debate foi forte, sobre o prazo de entrega até o dia 1º de julho de 2013. Concluiu que o COMAS tem razão em estabelecer datas. Externou sua preocupação se a comunicação da prorrogação do prazo chegou às organizações e qual é o impacto e os prejuízos dos que não entregaram. Para amenizar esse impacto forte, propôs uma nova prorrogação de 30 (trinta) dias e que as organizações estejam mais preparadas e atentas às resoluções. A Sra. Wanda Ribeiro refletiu sobre o referendo às organizações conveniadas na revisão da listagem, mas lembrou também que as não conveniadas também tem usuários. Ressaltou ainda que se deveria ter o mesmo cuidado dispensado à aprovação do orçamento e não poderia ter se aprovado pela plenária a listagem sem a dimensão exata dos números. Acrescentou que ninguém pode alegar desconhecimento da lei e que as entidades precisam estar atentas e cumprir a legislação. Considerou que a Resolução COMAS-SP nº 719/2013 foi precipitada e que deve ser revogada. O vice-presidente Francis esclareceu que o ato normativo sobre o cancelamento foi a Resolução COMAS-SP nº 688/2013 que prorrogou o prazo de entrega até o dia 1º de julho de 2013 e as organizações que não entregassem a documentação teriam as suas ins-